



246

*Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves*

Corte Especial

Embargos de Declaração n.º 0165271-9/01

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: Carlos Augusto Tavares de Sousa

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS: OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. INEXISTENTES. FINALIDADE REVISORA. IMPOSSIBILIDADE. PROPÓSITO FLAGRANTE DE PREQUESTIONAMENTO. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

5684

- Os embargos de declaração visam esclarecer obscuridades, afastar contradições e suprir omissões eventualmente existentes no ato judicial embargado, não se prestando, em bom rigor, ressalvadas situações excepcionais, para, reabrindo a discussão acerca de questões já enfrentadas pelo órgão jurisdicional, permitir a revisão ou a anulação do julgado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes aclaratórios tombados sob o n.º 0165271-9/01 acordam os desembargadores integrantes da Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento respectiva, por unanimidade de votos, em desprover o recurso, na forma do voto do Relator.

Recife, 24 de maio de 2010.


Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves
Relator



247

*Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves*

Corte Especial

Embargos de Declaração n.º 0165271-9/01

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: Carlos Augusto Tavares de Sousa

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos Declaratórios interpostos contra o Acórdão de fl.102, proferido no julgamento do Mandado de Segurança nº 0165271-9, em apenso, da E. Corte Especial, assim sumariado:

“EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. REJEIÇÃO. PAGAMENTO DE LICENÇAS PRÊMIO NÃO GOZADAS. REQUISITOS PREENCHIDOS. DIREITO ADQUIRIDO. ORDEM CONCEDIDA. DECISÃO UNÂNIME. – A edição da ECE nº 16/99, não alcança direito adquirido incorporado ao patrimônio do servidor, a recebimento de licença-prêmio. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Mandado de Segurança nº. 0165271-9, acordam os Desembargadores integrantes da Egrégia Corte Especial, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade de votos, em conceder a segurança, tudo nos termos do voto do Relator.
Recife, 01 de fevereiro de 2010.
Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves – Relator”

Procura a parte embargante, em suas razões recursais, demonstrar o desacerto da veneranda decisão embargada e anotar que houve omissão, quando deixou de apreciar as questões: (a) da decadência e (b) das alterações ocorridas pela edição da Emenda à Constituição Estadual nº 16/99.

Em seguida, diz que os embargos ora promovidos, fazem-se mister para fins de esgotamento e o necessário embasamento de um possível recurso às instâncias superiores.

✓

Pugna, pelo conhecimento e provimento dos presentes embargos de declaração com efeitos infringentes, provendo-os, a fim de sanar as omissões relatadas.

É o relatório, no essencial.

248

VOTO

O Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves (Relator) proferiu o seguinte voto:

Presentes os requisitos de admissibilidade conheço do recurso.

Nada a aclarar no Acórdão embargado, não passando o presente recurso de instrumento processual para a produção de prequestionamento.

As questões postas na lide foram examinadas e decididas pela Corte Especial, não havendo obscuridade, contradição ou omissão no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada pelo Embargante.

Na condição de Relator do Mandado de Segurança, por ocasião do meu voto, deixei acentuado, às fls.105/106, que:

"2. DAS ALEGAÇÕES DOS IMPETRADOS: 2.1 DA PRELIMINAR DE DECADÊNCIA DO DIREITO DE IMPETRAÇÃO 'Aduzem os impetrados que o despacho que indeferiu o pedido do impetrante foi publicado em 30/09/2007, conforme doc. de fl.33, tendo atingido 122 dias entre a data da denegação administrativa e a impetração do presente *mandamus*. O fato de a ordem para publicação que indeferiu o pedido do impetrante haver sido publicada em 30/09/2007, não significa que a publicação ocorreu efetivamente naquela data. Naufraga, portanto, a preliminar de decadência. 2.2 DA QUESTÃO MERITÓRIA: DIREITO ADQUIRIDO De início, é oportuno salientar que com o advento da Lei Complementar Estadual nº 16/96 e da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99, restou extinto o direito ao recebimento, em dinheiro, das licenças-prêmio não gozadas, salvo por motivo de falecimento do servidor em atividade. Entretanto, nos termos da Lei Estadual nº 6.783/74, artigo 65 c/c artigo 121, §1º, inciso I, o Impetrante teria direito a seis meses de licença-prêmio a cada decênio completado de efetivo exercício, direito esse inserido na categoria de direito adquirido, incorporado ao patrimônio do adquirente, não podendo as alterações promovidas pela ECE nº 16/99 afrontá-lo, vez que, na data de sua edição o servidor havia completado o período aquisitivo do benefício. Nesse diapasão, resta evidenciado que, não gozado esse benefício em atividade é lícita a

✓

pretensão do militar de convertê-lo em pecúnia, após a sua aposentadoria. No sentido de cabimento do pleito é a jurisprudência do STJ e desta Corte de Justiça, consoante arestos adiante ementados:

249

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL APOSENTADO. FÉRIAS E LICENÇAS-PRÊMIO NÃO-GOZADAS EM ATIVIDADE. INDENIZAÇÃO EM PECÚNIA. POSSIBILIDADE. (...).1. 'Este Superior Tribunal de Justiça possui orientação no sentido de ser possível, no momento da aposentação do agente público, a conversão em pecúnia de licença-prêmio não gozada, tendo em vista o princípio da vedação ao enriquecimento sem causa, no caso, por parte da Administração. (...) 3. Agravo regimental improvido. (STJ, AgRg no Ag 834.159/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/10/2009, DJe 09/11/2009) Precedente análogo: STJ, AgRg no Ag 540493, T", Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJ 14/05/2007.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PAGAMENTO DE LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA E CONVERTIDA EM PECÚNIA. TERMO A QUO DO PRAZO PRESCRICIONAL. APOSENTADORIA. INEXISTÊNCIA. PREENCHIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA LICENÇA-PRÊMIO ANTES DA EDIÇÃO DA ECE 16/99. DIREITO ADQUIRIDO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. I-Rejeitada a alegação de incidência de prescrição quinquenal, pois o termo inicial do prazo prescricional para fins de conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada é contado a partir da data da aposentadoria do servidor que no caso concreto ocorreu em 21.11.2000, tendo a presente ação sido ajuizada em 21.05.2002. Precedente do STJ. II-Pacífico o entendimento jurisprudencial nesta Corte Estadual e no STJ quanto à existência de direito adquirido à percepção em pecúnia das licenças-prêmio não gozadas, diante do preenchimento pelo recorrido dos requisitos exigidos na LC nº 03/90 para sua concessão do benefício em momento anterior à vigência da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99. III-Recurso de Agravo improvido. IV-Decisão unânime. (TJPE, Recurso de Agravo nº 112081-8/01, Rel.: Des. Fernando Cerqueira, 7ª Câmara Cível, Data do Julgamento 19/02/2008) Precedente análogo: TJPE, Mandado de Segurança nº 0097061-8, Corte Especial, Rel.: José Fernandes, Data do Julgamento: 10/07/2006.

Assim, não restaram violados os comandos legais insertos na LCE nº 16/96 e na ECE nº 16/99. 3. Posto isso, de acordo com a prova coligida aos autos e em consonância com o parecer ministerial, voto pela concessão da segurança."

Como se vê, o embargante deixou de demonstrar a ocorrência de fato extintivo do direito à utilização do remédio excepcional, sendo certo que o fato de o pedido haver sido indeferido em 30/09/2007, como esclarecido no Acórdão embargado, não significa que a publicação tenha também ocorrido na mesma data.

Não há, bem se percebe, vício a ser sanado através dos presentes aclaratórios. Aliás, PONTES DE MIRANDA, com adequação ao caso, preleciona que, nos embargos declaratórios, "não se pede que se redecida; pede-se que se reexprima"



250

O Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo no sentido de que "os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal", revelando-se incabíveis "quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso, com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal..." (RTJ 173/29, Junho/2000).

Por outro lado, conforme adverte MÁRIO GUIMARÃES "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (V. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª Ed. Forense, 1.958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do Juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia." (RT 413/325).

Nestas condições, o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, até com maior minudência, já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a "ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a "res in judicium deducta", pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado." (cf. RJTJSP 111/114)."

Por tais fundamentos, voto no sentido de rejeitar os presentes Embargos.

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to a judge or legal professional, written over the text of the decision.